

Estado da publicação: O preprint não foi submetido para publicação

# A teoria social crítica de Florestan Fernandes

Lucas Trindade

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13091>

Submetido em: 2025-08-27

Postado em: 2025-08-28 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## A TEORIA SOCIAL CRÍTICA DE FLORESTAN FERNANDES

LUCAS TRINDADE

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3390-2046>

<[lucas.trindade@ufrn.br](mailto:lucas.trindade@ufrn.br)>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

**RESUMO:** No interior de uma agenda de pesquisa que busca evidenciar o potencial teórico do pensamento social brasileiro, este artigo pretende sistematizar os elementos que permitem conceber o trabalho de Florestan Fernandes como uma teoria social crítica. A estratégia metodológica consistiu em reler a obra de Florestan a partir das lentes da teoria social contemporânea e suas autodefinições. Como resultado dessa releitura, demonstro como o sociólogo paulistano respondeu, a partir da periferia do capitalismo, a inquietações basilares da teoria social. Em uma primeira seção, trato dos seus esforços de síntese teórica dos métodos compreensivo, funcionalista e dialético, bem como da recepção crítica de conceitos de Weber, Marx e Durkheim para pensar as especificidades do capitalismo dependente. Em uma segunda seção, abordo o tratamento explícito e as reformulações das categorias de mudança social, ação social e ordem social em sua obra. Na terceira seção, destinada às considerações finais, proponho a noção de *generalização das formas autocráticas de exercício do poder* como síntese do diagnóstico de época de Florestan a partir dos anos 1970, com relevância para pensar o tempo presente. O caráter crítico da teoria social de Florestan é explícito não só em razão do seu compromisso endopático com os condenados da terra e pelos interesses emancipatórios que orientam o trabalho investigativo, mas igualmente pelo modo de engajamento dialógico com os sujeitos pesquisados.

**Palavras-chave:** Florestan Fernandes, teoria social, teoria crítica, síntese teórica, diagnóstico de época.

## FLORESTAN FERNANDES' CRITICAL SOCIAL THEORY

**ABSTRACT:** As part of a research agenda that seeks to highlight the theoretical potential of Brazilian social thought, this article aims to systematize the elements that allow us to conceive of Florestan Fernandes' work as a critical social theory. The methodological strategy consisted of rereading Florestan's work through the lens of contemporary social theory and its self-definition. As a result of this rereading, I demonstrate how the sociologist responded, from the periphery of capitalism, to fundamental concerns of social theory. In the first section, I address his efforts to theoretically synthesize the comprehensive, functionalist, and dialectical methods, as well as his critical reception of concepts from Weber, Marx, and Durkheim to consider the specificities of dependent capitalism. In the second section, I address the explicit treatment and reformulations of the categories of social change, social action, and social order in his work. In the third section, dedicated to final considerations, I propose the *generalization of autocratic forms of power exercise* as a synthesis of Florestan's diagnosis of his time from the 1970s onwards, with relevance for thinking about our present time. The critical nature of Florestan's social theory is explicit not only because of his emphatic commitment to the wretched of the earth and the emancipatory interests that guide his research, but also because of his dialogical engagement with the subjects he researched.

**Keywords:** Florestan Fernandes, social theory, critical theory, theoretical synthesis, diagnosis of the time.

## INTRODUÇÃO

*“pensar sobre e, simultaneamente, ousar contra”*

(Florestan Fernandes, 2011 [1979])

A finalidade deste artigo é sintetizar uma agenda de reflexão crítica que tenho buscado desdobrar tanto em nível de pesquisa como de ensino. Agenda que consiste em questionar a ampla predominância de intelectuais do Norte global nos programas de teoria social, expressão de uma geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2002) ou de uma “divisão internacional do trabalho intelectual” (Lynch (2013: 734-5), na qual os países cêntricos produziram a “teoria”, a “ciência”, a “filosofia”, em suma, reflexões de alcance “universal” e, portanto, mais densas, mais abstratas, mais generalizantes; ao passo que os países periféricos produziram somente “pensamento”, reflexões de alcance puramente particular ou local, de caráter menos abrangente e contingente, orientado para a ação prática.

Ainda com Lynch, busco questionar junto aos estudantes e inspirando-me nos trabalhos de Tavolaro (2014) e Maia (2011), porque não tratamos o nosso chamado pensamento social (brasileiro e latino-americano) como teoria social, no mesmo nível dos aportes advindos do Norte global. E um dos autores que sempre trabalho em disciplinas de teoria – não apenas em disciplinas de pensamento social brasileiro ou de sociologia brasileira – é Florestan Fernandes, por considerar que a “tensão produtiva” (Cohn, 1987: 49) presente em sua obra, prenhe de potencialidades e carências, vigência e anacronismo, merece ser pensada como obra (neo) clássica ou contemporânea no campo da teoria social e, assim, ser objeto de crescente fortuna crítica.

Nesse sentido, sigo as sugestões esparsas e contundentes de comentadores como Paulo Roberto de Almeida (1987: 209), que, em um comentário sobre *A Revolução Burguesa no Brasil*, afirma: “Florestan Fernandes é, sem dúvida alguma, o representante mais acabado do que se poderia chamar, à falta de melhor designação, de ‘teoria social brasileira’, e sua obra mais importante constitui o esforço mais bem-sucedido para a elaboração de uma ‘teoria regional do desenvolvimento capitalista’ na periferia da ‘economia-mundo’ capitalista”. Vera Cepêda (2014: 51), alguns bons anos depois, considera a leitura da “obra de Florestan Fernandes”, “clássico da teoria social brasileira”, “uma atividade obrigatória para qualquer ator do campo das ciências sociais, quer se trate da sociologia, da antropologia ou da ciência política”. Em 2024, por fim, é publicada pela Routledge, integrando a série “Classic and Contemporary Latin American Social Theory”, a obra *Florestan Fernandes’ critical sociology: a social theory of Brazil and Latin America* (Costa e Soares, 2024), que considero o esforço mais sistemático, até o momento, de evidenciar a teoria social crítica de Florestan Fernandes e que é o ponto de partida deste artigo (ver Trindade, 2025).

Por que é possível afirmar que Florestan Fernandes nos oferece uma teoria social relevante para pensar os *dilemas* (uma palavra constante em sua obra) não só brasileiros e latino-americanos, mas globais?

A minha resposta, que buscarei demonstrar nas seções seguintes, é: porque em sua obra Florestan fez tudo que um teórico ou uma teórica social fez ou faz, ao menos se tomarmos como parâmetro de leitura (e, portanto, de método) algumas definições consagradas de teoria social.

Em primeiro lugar, Florestan buscou realizar sínteses teóricas densas e frutíferas em termos de pesquisa teórica e empírica. A formulação de sínteses teóricas ou de narrativas sintéticas (Levine, 2015) torna-se um motivo dominante da teoria social e sociológica a partir dos anos 1980 e 1990 (Alexander, 1982, 1987a, 1987b; Ritzer, 1993). A primeira seção será inteiramente dedicada a destacar, sucintamente, um filão de síntese teórica presente na obra de Florestan desde os anos 1950: a síntese entre o método compreensivo (tipo ideal), o método funcionalista (tipo médio) e o método dialético (tipo extremo), sendo o nosso autor um pioneiro na consolidação da tríade clássica formada pelas perspectivas de Marx, Weber e Durkheim (Brandão, 2010; Bastos, 2018).

Em segundo lugar, Florestan pensou, articuladamente, três grandes problemas teórico-sociais, se considerarmos em conjunto as definições de teoria social presentes em autores como Giddens (2003), Joas e Knöbl (2017), Vandenberghe (2011), Costa (2010): como a *ordem social* é possível? O que é, em quais condições se dá e o que pode a *ação social*? O que é e como se dá a *mudança social*? Em síntese, “the question of sociality” (Reckwitz e Rosa, 2023: 13). Na segunda seção, destacarei aspectos nucleares, e que me parecem decisivos, desse trabalho agonístico de reelaboração das categorias de ação, ordem e mudança sociais na obra de Florestan. Reelaboração produtiva que se dá desde uma posição epistêmica específica: a periferia como método (Bastos, 2002) e um estilo de pensamento *lumpen* (Costa e Soares, 2024).

No mesmo ritmo em que reelaborava de modo articulado os problemas teórico-sociais da ordem, da ação e da mudança, Florestan nos ofereceu amplos, densos e radicais diagnósticos de época ou grandes imagens do seu tempo, outro aspecto definidor das teorias sociais para Joas e Knöbl (2017) e Vandenberghe (2011) ou do que Reckwitz e Rosa (2023) preferem chamar de “big picture” ou “best account”, elaboradas pela teoria da sociedade (distinta, para os dois últimos, dos interesses mais abstratos e gerais da teoria social). A terceira seção conclusiva se dedicará a delinear, relendo-o a partir do tempo presente, atributos centrais da *diagnosis* (Rosa, 2023) do *seu* tempo elaborada por Florestan que têm especial apelo para interpretarmos o *nosso* tempo. A tal diagnóstico chamarei de *generalização das formas autocráticas de exercício do poder*.

Os parágrafos anteriores evidenciam a estratégia metodológica operacionalizada neste artigo, que consiste em utilizar, inspirando-me na acepção althusseriana de *prática teórica* (Althusser, 2015), aspectos nucleares da definição consagrada de teoria social contemporânea – narrativas sintéticas; respostas articuladas aos problemas da ordem, ação e mudança sociais; proposição de diagnósticos de época – como instrumentos de releitura (Generalidade II) do pensamento de Florestan Fernandes (Generalidade I). Espera-se, assim, evidenciar a teoria social crítica (Generalidade III) produzida pelo sociólogo uspiano, destacando a sua atualidade e alcance global.

Na obra de Florestan é possível detectar um trabalho de metateorização em dois dos sentidos formalizados por Ritzer (1993: 587, grifos do autor): a) “*la metateorización como medio para obtener una comprensión más profunda de la teoría* (Mu)””; b) *la metateorización como preludio al desarrollo de la teoría* (Mp)”. Florestan imergiu nas tradições sócio-científicas do seu tempo para alcançar tanto uma compreensão aprimorada da sua ciência, visando maior precisão metodológica, como o desenvolvimento criativo não só de uma teoria social, mas igualmente de uma teoria da sociedade ou, se quisermos, uma ontologia do presente (Foucault, 2011) desde a periferia. O retorno sistemático à sua obra que tenho realizado compartilha das mesmas intenções.

## SÍNTESE TEÓRICA AO SUL

Embora sínteses teóricas sempre tenham existido no panorama na teoria social, por muito tempo, com bem observa Ritzer (1993: 526-7), foram “casos isolados y aberrantes perdidos en un mar de extremismo” e provocavam “reacciones hostiles por parte de los defensores e las teorías que se intentaban integrar”. O que muda a partir dos anos 1980 e, principalmente, 1990, período de emergência dos esforços de integração micro-macro nos EUA e estruturação na Europa, é: “Primero, no constituyen intentos aislados de síntesis, sino que están muy extendidos. Segundo, la meta es, en general, lograr una síntesis relativamente reducida de ideas teóricas, y no el desarrollo de una gran teoría sintética que abarque toda la teoría sociológica” (Ritzer, 1993: 95).

Florestan, a partir dos anos 1950, pode ser considerado como uma dessas ilhas de síntese antes do ambiente favorável dos anos 1990. É possível detectar no mínimo quatro síntese teóricas ao longo da sua prolífica produção intelectual: a) a síntese criativa no interior do método de interpretação funcionalista, com a intenção de aprimorar a sua capacidade para lidar com a mudança social, em diálogo com Émile Durkheim, Radcliffe-Brown, Marcel Mauss, Robert Merton, entre outros; b) em interlocução crítica com Ferdinand Tönnies e Karl Mannheim, a subdivisão e articulação dos seis campos da atividade sociológica – “Sociologia Sistemática, Sociologia Descritiva, Sociologia Comparada, Sociologia Diferencial, Sociologia Aplicada e

Sociologia Geral ou Teórica” (Fernandes, 1976a: 23); c) a articulação do processo de observação e do processo de interpretação, a sociologia americana e a sociologia europeia, a pesquisa empírica e a construção de tipos; d) por fim, a síntese das perspectivas da tríade sociológica clássica (dialética, funcionalismo e compreensão). É sobre esta última que me debruçarei a seguir.

Como observado ironicamente por Gildo Marçal Brandão (2010: 188):

Mas o fato de Machado de Assis apenas começar a ser internacionalmente reconhecido no mesmo panteão habitado por um Dostoiévski ou um Henry James – para citar exemplo do campo mais institucionalizado da literatura –, ou de termos de aguentar o auto-elogio de um Giddens por seu papel na fixação da tríade de clássicos da sociologia quando um Florestan já a havia delineado – e melhor! – vinte anos antes, tem pouco que ver com critérios científicos ou literários, mas tudo com relações sociais, econômicas, geográficas e políticas.

Logo após citar diretamente o auto-elogio de Giddens mencionado por Brandão, Elide Rugai Bastos (2018: 20) escreve:

Não pretendo aqui discutir antecipações, mas lembro que, desde 1954 sob a liderança de Florestan Fernandes, na cadeira de sociologia I da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, a abordagem dos três autores clássicos se constituía no eixo do programa das disciplinas. O procedimento está registrado na primeira edição de *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959), que reúne ensaios redigidos entre 1953 e 1957.

O pioneirismo de Florestan na síntese da tríade sociológica clássica se realizou de dois principais modos, a meu ver. Um primeiro modo, como aponta Bastos (2018), é elaborado nos textos reunidos em *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, a saber: “O método de interpretação funcionalista na sociologia”, de 1953, tese de livre docência; “Os problemas da indução na sociologia”, de 1954, curso para docentes da escola normal; “A reconstrução da realidade nas ciências sociais”, de 1957. Nestes, Florestan propõe uma “teoria da investigação sociológica” (Fernandes, 1980: 43-4) unificadora das três “perspectivas fundamentais” de observação dos fenômenos sociais: “o método de interpretação funcionalista”, o “método de compreensão” e o “método dialético” (Fernandes, 1980:180), por considerar “que eles não se opõem logicamente entre si, mas traduzem, em níveis lógicos diferentes, as possibilidades da indução analítica na sociologia” (Fernandes, 1980:182-3).

Nos termos da teoria social contemporânea, seria possível afirmar que Florestan percebe em Weber, e no tipo ideal, um método de reconstrução da realidade social que dá particular atenção ao problema da ação social, dada a sua ênfase na interpretação dos sentidos subjetivamente visados que levam homens e mulheres a atuarem ordinariamente no mundo, na “conjugação do desenvolvimento exterior e dos motivos das ações sociais” (Fernandes, 1980: 89). Por essa razão, a sociologia compreensiva weberiana é logicamente necessária. Em Durkheim, e na orientação do tipo médio para “definir um grupo de fenômenos por seus caracteres exteriores, que lhe são

comuns” (Fernandes, 1980: 76), encontraríamos uma perspectiva que dá particular atenção ao problema da ordem social, principalmente em seus aspectos normativos. O método funcionalista – em seu duplo interesse pelas causas e “efeitos úteis” (Fernandes, 1980: 81, grifo do autor) dos fenômenos sociais – nos auxiliaria a detectar os fatores, as instituições ou, em suma, as funções que garantem a coesão e estabilidade de uma ordem social, bem como os consensos básicos que condicionam a sua produção e reprodução espaço-temporal.

Enquanto Durkheim nos ofereceria uma perspectiva interna ou “on the third-person perspective” – como contemporaneamente o é a teoria luhmanniana dos sistemas sociais –, Weber nos ofereceria uma perspectiva externa ou “on the first-person perspective” – mais recentemente representada por Hans-Georg Gadamer, Charles Taylor ou Jürgen Habermas (Rosa, 2023: 108). As perspectivas de Durkheim e Weber, entretanto, ao privilegiarem a estabilidade, seriam “insuficientes para explicar os fenômenos de mudança nos seus aspectos concretos mais instáveis” (Fernandes, 1980: 100). É a partir dessa lacuna lógica deixada pelas duas perspectivas que Florestan defende a integração do método dialético à sua teoria da investigação sociológica simultaneamente plural e uniforme. O tipo extremo dialético em Marx ofereceria uma perspectiva privilegiada para, precisamente, captar o problema da mudança social. Em primeiro lugar, por considerar as totalidades sociais em condições espaço-temporais reais ou, em termos atuais, toda particularidade deve lançar luz e ser pensada a partir do desenvolvimento desigual e combinado de uma sociedade mundial.

Em segundo lugar, o tipo extremo é construído a partir de uma efetividade que permite generalizar uma lei de desenvolvimento social (historicamente específica e tendencial), como Marx o fez ao afirmar que tomou a Inglaterra como “o principal exemplo do [seu] desenvolvimento teórico” em *O capital* (Fernandes, 1980: 108). Por fim, em contraste com o tipo ideal, o tipo extremo lida com séries reais, pois tanto a sua generalidade (ou totalidade de pensamento) como as formações sociais particulares que a ele tendem, e em relação a ele variam (conformando a totalidade concreta), conjugam determinações reais, aspecto que revela um realismo que pretende incorporar o tempo, a história e a contradição no interior do próprio conceito.

É a partir de tais considerações, extremamente resumidas neste espaço, que Florestan defende a complementaridade entre os métodos sociológicos:

O método de compreensão, cuidando dos problemas pertinentes à socialização e às bases sociogenéticas da interação social, permite abstrair as variáveis operativas de um campo a-histórico; o método objetivo (ou genético-comparativo), focalizando os problemas ontogenéticos e filogenéticos colocados pela classificação das estruturas sociais, permite abstrair as variáveis operativas, combinadas em constelações nucleares mutáveis, de um campo supra-histórico; e o método dialético, tratando das relações existentes entre as atividades socialmente organizadas e a alteração dos padrões da ordem

social, que caem na esfera de consciência social, permite abstrair as variáveis operativas de um campo histórico (Fernandes, 1980: 34-5).

A integração das perspectivas (Ianni, 1976) obedece aos níveis de problemas sócio-científicos distintos que cada uma delas permite resolver<sup>1</sup>. Poderíamos traduzir do seguinte modo: o método compreensivo nos dá acesso ao nível a-histórico da (inter)ação social; o método funcionalista ao nível supra-histórico dos requisitos estruturais-funcionais da ordem social; e o método dialético ao nível propriamente histórico da mudança social. É essa arquitetura de síntese que conforma o rigoroso “ecletismo bem temperado” de Florestan, antitético a um “ecletismo relativizador e atomizador dos procedimentos analíticos” (Cohn, 1987: 50). Eis, em termos gerais, o primeiro modo de síntese teórica, elaborado nos textos escritos entre 1953 e 1957.

No segundo modo de síntese teórica, que começa a ser elaborado em *Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento* (Florestan, 2008a), texto de 1959, e ganha um patamar superior de formalização em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, de 1967, há um importante deslocamento, que não deve ser lido como uma ruptura ou descontinuidade. Afinal, no texto de 1967, Florestan explicitamente remete o/a leitor/a que busca maior imersão ao texto de 1954, no qual “analisa de forma mais cuidadosa e completa esses modelos de explicação”, em especial a “parte II: cap. IV, sobre Durkheim; cap. V, sobre Max Weber; cap. VI, sobre Marx; e cap. VII” (Fernandes, 2008b: 39, nota 15). O principal deslocamento em relação aos textos dos anos 1950 é o seguinte: não se trata mais de formular uma teoria da investigação sociológica (metodologia) que integre as perspectivas fundamentais de indução amplificadora ou construção tipológica nas ciências sociais, mas de formular uma teoria sociológica propriamente dita (ou uma teoria da sociedade, nos termos de Reckwitz e Rosa, 2023), preocupada com o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, tomado não só como ordem econômica, mas propriamente como uma ordem social<sup>2</sup>.

A integração ou articulação dos modelos explicativos de Max Weber, de Karl Marx e de Émile Durkheim é realizada tendo como finalidade uma abordagem refinada do capitalismo dependente e subdesenvolvido no interior de um sistema global: “Três modelos de explicação macrosociológica das classes sociais merecem menção especial na presente análise: são os modelos explorados por Max Weber, Marx e Durkheim, no estudo da moderna sociedade de classes do Ocidente” (Fernandes, 2008b: 38).

---

<sup>1</sup> Embora use frequentemente o léxico dos níveis (epistemo)lógicos, o endosso de um realismo conceitual em Marx faz pensar se, afinal, Florestan não está tratando de níveis ontológicos dos fenômenos sociais, o que permitiria uma frutífera interlocução com a ideia de ontologia estratificada do mundo social no realismo crítico (para uma síntese, ver Peters, 2019).

<sup>2</sup> Para Fernandes (2008b: 23), o “capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorrem vários fatores extra-econômicos (do direito e do Estado nacional à filosofia à religião, à ciência e à tecnologia)”.

Tendo em vista essa finalidade, Florestan relê, em um misto de heresia e rigor, da seguinte maneira a tríade sociológica clássica. Primeiramente, ele salienta um conjunto de elementos teórico-conceituais de cada obra: em Weber, o conceito de situação de classe, a analítica do poder e da dominação, da agência e do sentido; em Marx, a teoria da acumulação (em especial o conceito de acumulação originária), a mercantilização da força de trabalho e a contradição entre relações de produção e forças produtivas; em Durkheim, a problemática da solidariedade, da integração moral e do consenso em sociedades modernas. Tal instrumental teórico é mobilizado sequencialmente, salientando as suas vantagens e limites para pensar a particularidade do capitalismo dependente e subdesenvolvido. É a partir dos limites de certos universais conceituais – assim tomados por serem conceitos-testemunhas, por assim dizer, da gênese e consolidação da modernidade capitalista –, e não a partir de sua rejeição *a priori*, que emergem as determinações específicas de um modo próprio ou singular de articulação do capitalismo e da moderna sociedade de classes na periferia.

Ao reler Weber, Florestan, em primeiro lugar, generaliza a relação entre possuidores e não-possuidores definidora do conceito de situação de classe para pensar “vínculos de heteronomia” internos e externos às sociedades subdesenvolvidas, que se dão por “interesses univocamente econômicos” (Fernandes, 2008b: 40). É do seu interesse, em especial, o sentido do “agente humano” em tais situações de heteronomia, que, como resultado, visa sobretudo “resguardar”, “manter” e “fortalecer os vínculos de dependência” (Fernandes, 2008b: 41). Florestan também discute, baseado nas “análises e explicações do poder e das formas de dominação” (Fernandes, 2008b: 40) em Weber, os modos de articulação entre burocracia (dominação racional-legal) e patrimonialismo (dominação tradicionalista/estamental) em uma formação social heteronômica ou dependente. Nos primeiros capítulos de *A Revolução Burguesa no Brasil*, escritos em 1966, o diálogo com Weber para pensar o Brasil ganha forma precisa no conceito de “domínio” (ver Fernandes 2020: 70, 71, 87, 95, 110, 114, 120-1, 124), que sintetiza uma situação de dominação estamental autárquica, e no conceito de “burocratização da dominação patrimonialista” (ver Fernandes 2020: 67, 71, 80, 81, 85, 95, 110, 124), que exprime a articulação do poder estamental (particularista), principalmente a partir dos eventos de 1808 e 1822, com a forma racional-legal-burocrática (nacional) de dominação.

Ao reler Marx, Florestan reflete sobre as implicações da América Latina e do Brasil terem sido, ao longo de séculos, o principal terreno de expropriação colonial pelas metrópoles e como a violência da “acumulação originária de capital” (Fernandes, 2008b: 43) se atualizou e se atualiza, de modo sistêmico e ordinário, no capitalismo periférico, mesmo após os processos de

modernização (pelo alto) e desenvolvimento (dependente)<sup>3</sup>. Demonstra, igualmente, que “a implantação universal do *trabalho livre*, vendido como mercadoria pelo próprio agente” não se realizou entre nós, dada a “sobrevivência, em bloco, de amplos setores em que prevalecem economias de subsistência e formas extracapitalistas de mercantilização do trabalho”, convertendo o assalariamento “num privilégio econômico e social, altamente desejado” (Fernandes, 2008b: 46) pelas classes subalternas. Resulta disso uma espécie de amortecimento da contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção, já que a aceleração das forças produtivas (altamente dependente de influxos externos) não se desdobra em antagonismo coletivo contra as “formas de produção” nem em “rebelião contra as técnicas de apropriação capitalista” (Fernandes, 2008b: 48).

Ao reler Durkheim, por fim, Florestan afirma que as formações sociais de capitalismo dependente não generalizaram o patamar de consenso moral implicado no conceito de solidariedade orgânica, que impõe “como uma *necessidade social*”: a) “a existência da pessoa como categoria psicológica, social e moral autônoma”; b) “a liberdade” como “condição de convivência dos indivíduos, de equilíbrio da ordem social e de evolução progressiva da sociedade”; c) “o contrato” como “forma institucionalizada de relações sociais”, permitindo “a absorção construtiva de tensões e de conflitos diluídos na ordem social” (Fernandes, 2008b: 53). No capitalismo dependente, contrastivamente, ganha caráter estrutural e cotidiano o tratamento sub-humanizado das classes subalternas, a obstrução do conflito, tomado como subversão, bem como formas de vínculo social coercitivas, violentas e não-contratuais<sup>4</sup>.

Esse modelo de articulação teórica continuará atuante em trabalhos importantes dos anos 1970, como *Classes Sociais na América Latina* (Fernandes, 2009), de 1971, e, como buscamos demonstrar de modo pontual ao longo da exposição precedente, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, escrita entre 1966 e 1973. Gabriel Cohn (1987: 52) afirma que nesta última obra, publicada em 1975, percebe-se um exercício notável de responder em um “registro teórico” durkheimiano perguntas postas em um “registro teórico” weberiano, “jogo cruzado” que “encontra a sua inteligibilidade numa outra corrente de pensamento”, a “concepção materialista histórica, alimentada por Marx” e Lenin. Sem discordar de Cohn, apenas adiciono que o ponto de partida

---

<sup>3</sup> A recepção, desde a periferia latino-americana, do conceito de “acumulação originária” é central na composição de *A Revolução Burguesa no Brasil* (ver Fernandes, 2020: 213, 231, 244, 247, 269, 275). Por exemplo: “Como já foi indicado, várias medidas de política econômica, essenciais para a restauração da dominação burguesa, tinham por função criar fontes de acumulação originária do capital, dentro de uma economia capitalista constituída e em adiantado estado de transformação industrial (o que é possível e normal nas economias capitalistas periféricas, por causa do atraso da industrialização, de suas oscilações evolutivas e do seu clímax tardio)” (Fernandes, 2020: 275).

<sup>4</sup> Em *A Revolução Burguesa no Brasil* opera uma cognição que busca os requisitos estruturais e funcionais (ver Fernandes, 2020: 97, 98, 148, 159, 160, 174, 240, 243, 301) de equilíbrio da ordem social, quando tomada em um sentido sincrônico. A noção de “função”, discutida detalhadamente na tese de livre docência defendida em 1953, é também amplamente mobilizada: “função... universal” e “função interferente” (Fernandes 2020: 78), “função latente” (Fernandes, 2020: 168), “função global” e “funções derivadas” (Fernandes, 2020: 301).

mais explícito desse modo de jogo, que aqui chamo de modo de síntese teórica, está no texto de 1967, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*.

Nesta seção busquei tratar, de modo sucinto, das arquiteturas de síntese do teórico social crítico Florestan Fernandes que, a partir dos anos 1950, buscou articular, de modo sistemático, as proposições metodológicas e teórico-conceituais da compreensão (ação social, perspectiva do observador interno), da função (ordem social, perspectiva do observador externo) e da dialética (mudança social, perspectiva crítica). No primeiro modo, presente nos textos de 1953 a 1957, faz isso ao propor uma teoria da investigação sociológica capaz de dar conta da interpretação dos sentidos, dos requisitos estrutural-funcionais e de transformações sócio-históricas globais. No segundo modo, principalmente a partir de 1967, a síntese é realizada ao reelaborar o campo da teoria sociológica e suas categorias pretensamente universais, saturando-as de historicidade, a partir da formulação do conceito de capitalismo dependente, abordado ao nível das tendências sócio-econômicas (Marx), normativo-morais (Durkheim) e político-agenciais (Weber).

## MUDANÇA, AÇÃO E ORDEM SOCIAIS DESDE A PERIFERIA

Vimos na seção anterior como os esforços de síntese teórica em Florestan evidenciam a preocupação de articular os níveis da agência, da ordem e da mudança sociais. Isto não se dá em razão de um suposto pioneirismo e precocidade, mas por se tratar de um conjunto de problemas e de um léxico já amplamente partilhado e debatido nas ciências sociais do seu tempo. Embora Talcott Parsons não seja abordado de modo sistemático na tese de Florestan sobre o método de interpretação funcionalista, de 1953, não há dúvidas sobre a importância do sociólogo de Harvard, a partir da publicação de *The Structure of Social Action*, de 1937, em instituir o esforço, mesmo que considerado malsucedido, de pensar articuladamente estrutura e ação<sup>5</sup>.

Podemos fazer considerações análogas e de modo ainda mais enfático no que se refere especificamente ao problema da mudança social, que trataremos de modo mais detido a partir de

---

<sup>5</sup> Trata-se de um problema de pesquisa exegética instigante, que não poderei resolver aqui, a ausência de um tratamento sistemático da obra de Talcott Parsons na tese de 1953, que se alonga sobre as contribuições de É. Durkheim, M. Mauss, R. Thurnwald, B. Malinowski, A. Radcliffe-Brown, W. Mühlmann, E. E. Evans-Pritchard, G. Bateson, S. F. Nadel e, especialmente, Robert Merton: “o autor moderno que reúne maior número de reflexões teóricas sobre os três temas, dentro de uma orientação que interessa imediatamente à sociologia geral, é Robert K. Merton” (Fernandes, 1980: 217). Os três temas mencionados “dizem respeito à teoria geral da ciência, à teoria especial da interpretação funcionalista e suas conexões com o ponto de vista sociológico, e à conceituação sociológica de ‘função’” (Fernandes, 1980: 216). Nas passagens pontuais em que Parsons é mencionado no texto, isso é feito de modo elogioso. Por exemplo: “Entre os sociólogos modernos, Parsons demonstrou compreender todo o alcance lógico de semelhantes conexões...” (Fernandes, 1980: 227) entre função e estrutura. A escassa presença de Parsons no texto de 1953 torna-se ainda mais intrigante diante da presença de textos cruciais de Parsons na Biblioteca de Florestan Fernandes (abrigada na UFSCar), por exemplo: *Toward a general theory of action*, de 1951, e *Working papers in the theory of action*, de 1953.

agora. Longe de ser uma idiosincrasia individual, toda a geração de cientistas sociais forjada nos anos 1940 e 50, auge do nacional-desenvolvimentismo, tinha que lidar com os debates sobre mudança social, progresso e desenvolvimento. E, de fato, qualquer leitor da obra de Florestan percebe como ele se ocupou intensamente dessa questão, que vem desde o início da sua formação como cientista social: seja a mudança investigada a partir de uma perspectiva microssociológica ou de uma sociologia urbana (como aprendeu com seus mestres na Escola Livre de Sociologia e Política), seja de uma perspectiva macrossociológica ou de uma teoria da modernidade (como aprendeu com os seus mestres na Universidade de São Paulo).

No caso de Florestan, uma finalidade explícita da tese de livre docência de 1953, *O método de interpretação funcionalista na sociologia*, é precisamente a de contribuir para um tratamento mais adequado do problema da mudança social no interior dessa tradição sociológica, dado que uma “subordinação dos estudos diacrônicos aos estudos sincrônicos não encontra uma justificação de ordem geral na sociologia” (Fernandes, 1980: 215). Para ele, “somente por ficção se pode falar em estática social, pois todo fenômeno social se apresenta à observação como fenômeno de ação, de relação ou de atividade” (Fernandes, 1980: 247). O problema da mudança, inclusive, aparece como um critério para avaliar as potencialidades e limites de autores ligados ao funcionalismo. Em uma passagem, para exemplificar, Florestan escreve sobre a “solução insatisfatória dada por Durkheim ao problema da perspectiva temporal na explicação dos fenômenos de sequência na sociologia” (Fernandes, 1980: 196-7). Mais à frente, atribui “o justo valor à tendência de Merton a incluir os problemas de mudança social no campo de análise funcionalista”, reconhecendo que, antes dele, “Parsons aflorou essa questão” (Fernandes, 1980: 229).

Pelo que já foi desenvolvido na seção anterior, fica claro que apesar dos avanços de Parsons e Merton, não é no próprio funcionalismo que Florestan encontra a solução para uma abordagem adequada para o que chama de fenômenos de sequência, diacrônicos, temporais ou de mudança social, mas no “método dialético” (Fernandes, 1980: 312). É isso, inclusive, que permite a Octávio Ianni (1976: 128, grifos do autor) afirmar, ao resenhar criticamente *Fundamentos Empíricos*, que: “O que Florestan entende por *função social e análise funcionalista*, bem como os ‘postulados’ em que se sustenta o método funcionalista, apoiam-se amplamente numa concepção dialética, não somente do ser social mas também do conhecer sociológico”.

Para além dos textos predominantemente teórico-metodológicos, a preocupação com a mudança social atravessa também as pesquisas empíricas – sempre imbricadas a densas questões teóricas – de Florestan em um sentido de progressiva crítica e superação do que Francisco de Oliveira (2013) chamou de razão dualista ao pensar as relações mutáveis entre arcaico e moderno.

Isso é perfeitamente captado por Costa e Soares (2024). Estes escrevem, ao tratar dos estudos de Florestan sobre o folclore (escritos entre 1944 e 1962): “[...] one of his conclusions is that folklore in the urban social environment continues to play constructive roles in adjusting family groups and individuals within a highly competitive society” (Costa e Soares, 2024: 61). Diferente do folclore como o “estudo dos elementos culturais ultrapassados”, ‘o estudo das sobrevivências’ ou ‘a cultura dos incultos”, Florestan concebe o “fato folclórico” como “expressão da experiência humana que se encontra em constante reatualização” (Penteado Junior, 2020: 77).

Uma forte evidência institucional da centralidade do problema da mudança social no debate intelectual e político brasileiro de então é o Seminário Internacional “Resistências à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento”, realizado no Rio de Janeiro em outubro de 1959, organizado pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), sob a direção de Luiz de Aguiar Costa Pinto. Seminário que reuniu nomes de peso das ciências sociais nacionais e estrangeiras: Jacques Lambert, Jean Labbens, Alfred Metraux, Manuel Diegues Junior, Luis Leite de Vasconcelos, Thomaz Pompeu Accioly Borges, J. A. Silva Michelena, T. Lynn Smith, Aurelius Morgner, Mário Wagner Vieira da Cunha, Florestan Fernandes, Gino Germani, Charles Wright Mills, J. Roberto Moreira e Hélène Brulè, isto para citar apenas aqueles/as publicados/as nos Anais do evento.

Foi neste Seminário que Florestan realizou a comunicação *Atitudes e Motivações Desfavoráveis ao Desenvolvimento*, depois publicada como Introdução à 1ª edição de *Mudanças Sociais no Brasil*, texto no qual realiza um sofisticado esforço de diferenciar os conceitos de mudança, desenvolvimento e evolução sociais na sociologia. Em grau descendente de abstração: a mudança social, “mais genérica”, aplica-se “a quaisquer espécies de alterações do sistema social, vistas independentemente de condições particulares de tempo e de espaço”, passível de “ser *progressiva* ou *regressiva*”; evolução social “apreende os processos de mudança social progressiva no nível supra-histórico, no qual se pode abstrair e analisar os fenômenos de formação, duração e sucessão dos tipos sociais”; desenvolvimento social, por fim, “apanha os processos de mudança social progressiva no nível histórico, tal como eles transcorrem em dado sistema social em certo período de tempo” (Fernandes, 2009: 290, grifos do autor). A possibilidade de pensar a mudança social como progressiva ou regressiva revela traços de uma cognição anti-teleológica que só amadurece nos textos dos anos 1960 e 1970.

Em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, de 1967, é conhecida a seguinte passagem: “o *arcaico* e o *moderno* nem sempre entram em choque decisivo, que termine com a eliminação das estruturas repudiadas; estabelecem-se várias espécies de fusões e de composições, que traduzem

os diferentes graus de identificação dos homens com a herança tradicional e com a modernização” (Fernandes, 2008b: 53, grifos do autor). Em outro texto do mesmo ano, *O desenvolvimento como problema nacional*, inclusive, Florestan afirma que, na “moderna civilização industrial”, “a mudança constitui o meio fundamental de preservação do equilíbrio social” (Fernandes, 2008c: 146-7)<sup>6</sup>.

Sempre atento aos “[...] limits to the realization of an authentic democracy, imposed by Brazilian racial discrimination” (Costa e Soares, 2024: 77), Florestan escreve, em texto de 1971, sobre os processos de “modernização do arcaico” e “arcaização do moderno” (Fernandes, 2009: 48) que caracterizam o capitalismo dependente. Este conceito, capitalismo dependente, “[...] based on a dialectical interaction between *imperialism, dependency and underdevelopment*”, representa o cume dessa crítica à razão dualista na obra de Fernandes, “[...] deconstructing the boundaries between social systems in the form of opposing conceptual pairs: advanced and backward, modern and archaic, central and peripheral, autonomous and dependent, developed and underdeveloped” (Costa e Soares, 2024: 88, grifos dos autores).

Dos seus estudos sobre as relações raciais no Brasil, iniciados nos anos 1950 no âmbito do Projeto Unesco sobre relações raciais, Florestan progressivamente chega à conclusão de que “[t]he mere development of class society would not eliminate colour prejudice and racial discrimination” (Costa e Soares, 2024: 75), algo que aprofundarei adiante, ao tratar do problema da ordem social em Florestan Fernandes. É quando tece *Notas sobre o fascismo na América Latina*, texto de 1971, que Fernandes (2015: 37, grifos nossos) disserta sobre o “fenômeno chocante”, ao analisar os “países latino-americanos em conjunto”, da “*contemporaneidade de situações históricas não coetâneas*”. Eis uma importante lição que podemos tirar da obra de Florestan: não há passado, atraso, arcaísmo, tradição que se reproduza de modo inercial. Se o arcaico se torna presente e futuro, é porque ele está articulado ao moderno, alimenta-o, define-o. O passado é moderno e o moderno é arcaico. Há uma ideia de tempo histórico-social bastante complexa e interessante em Florestan, que merece amplas e aprofundadas releituras e investigações.

Em razão do contínuo imbricamento entre o teórico social crítico e o intelectual público – relação que ganhou modos diversos em sua trajetória, mas que a atravessa do início ao fim –, poderíamos dizer que a teoria social crítica de Florestan é toda nucleada em torno do problema da *mudança social*. Mais precisamente: o interesse normativo transversal de promover a mudança social em um sentido específico – de uma revolução dentro e contra a ordem capitalista – está por trás

---

<sup>6</sup> O que permite uma interlocução produtiva com o que Hartmut Rosa chama, mais recentemente, de “estabilização dinâmica como *modus* fundante de uma formação social moderna” (Rosa, 2019: x). Em suas palavras: “*uma sociedade é moderna quando apenas consegue se estabilizar dinamicamente; quando é sistematicamente disposta ao crescimento, ao adensamento de inovações e à aceleração, como meio de manter e reproduzir sua estrutura*” (Rosa, 2019: xi, grifos do autor).

da ampla agenda de investigação em torno dos mecanismos mais sutis que permitem pensar a ordem social, a ação social e, igualmente, as possibilidades de mudança social regressiva. É possível aventar, inclusive, que uma das razões da progressiva importância da obra de Marx e do marxismo na obra de Florestan se deve ao acesso privilegiado do método dialético à problemática da mudança social, o que, como vimos, está consolidado desde os textos de síntese teórica escritos entre 1953 e 1957.

Agora tratemos um pouco mais da problemática da ação social, da agência, problemática que ganha particular centralidade em Anthony Giddens (2003: xviii), para quem a “teoria social tem a tarefa de fornecer concepções da natureza da atividade humana e do agente humano que possam ser colocadas a serviço do trabalho empírico”. Quais são as contribuições de Florestan para pensar essa questão tão importante para a teoria social?

Começo salientando, inspirado novamente nas contribuições de Costa e Soares (2024), que a teoria social de Florestan é condicionada sociologicamente por um triângulo de posições espaço-temporais: a) a periferia dependente no sistema mundial (lugar privilegiado para analisar as ambivalências da modernização e os entrelaçamentos entre arcaico e moderno); b) o *continuum* temporal de frustração dos populismos desenvolvimentistas e as múltiplas modernizações autocráticas na América Latina; c) a sua condição social *lumpen* (Trindade, 2025: 13).

Olhar desde a periferia ou semiperiferia permite a Florestan observar de maneira aprofundada a dinâmica do sistema capitalista global. E observar o capitalismo periférico desde os setores marginalizados – como o foi a sua mãe, a empregada doméstica Dona Maria Fernandes, de modo algum adequada a uma imagem clássica de proletária ou classe trabalhadora – potencializou ainda mais esse olhar. Para fazer uso da imagem utilizada por Elide R. Bastos (2002: 189, grifos da autora) para caracterizar o pensamento da escola sociológica paulista forjado em torno do trabalho de Florestan: “*a partir da periferia percebe-se melhor o movimento da sociedade, possibilitando a verificação dos princípios que a estruturam*. Aqui está a gênese do método”. E o que isso tem a ver com a questão da ação social?

Desde muito cedo Florestan buscou fazer um tipo de ciência social, sempre historicamente orientada, desde a perspectiva dos vencidos e não dos vencedores, escovando a contrapelo o tecido denso da história da formação social brasileira e latino-americana. Isso já está presente nos estudos sobre a civilização Tupinambá e a sua intenção de realizar uma “rotação de perspectivas, que permitisse encarar” os “processos de colonização” e “distribuição” “do ângulo dos fatores dinâmicos que operavam a partir de instituições e de organizações sociais indígenas” (Fernandes, 1975: 128), investigando, como sintetizam Silveira e Hirano (2020: 48), “o caráter das reações

indígenas à conquista a partir do ponto de vista da organização da sociedade Tupinambá”. A reconstrução histórica da organização social e da função da guerra na sociedade Tupinambá é igualmente uma rotação de perspectiva no modo de conceber a relação dos indígenas com a conquista. Diferente da imagem colonial da passividade, os Tupinambá foram, para Florestan (1976b: 72), “inimigos duros e terríveis, que lutaram arduamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade, que lhes eram arrebatadas conjuntamente”.

Também Wilson Penteadó Junior (2020: 76), ao analisar o conjunto de textos de Florestan sobre folclore, encontra neles uma resposta crítica à “concepção clássica do campo folclórico – que aposta em certa inércia e isolamento do ‘homem do povo’ – propondo que os sujeitos pertencentes às classes populares sejam considerados agentes de transformação e capazes de se movimentarem pelos diversos setores da vida cultural”. Essa história das lutas da perspectiva dos vencidos é também evidente na pesquisa sobre as relações étnico-raciais no Brasil como núcleo constitutivo dos nossos dilemas nacionais (Costa et al, 2021). Estudar negras e negros como agentes sociais individuais e coletivos – suas condições de vida, suas lutas, seus anseios, suas agremiações, seus movimentos – em uma sociedade em franco processo de modernização era idêntico a estudar os limites e potencialidades para a emergência do povo em nossa história.

Em interlocução crítica constante com os movimentos do meio negro, como dizia, Florestan – que em virulenta crítica à versão elitista do 13 de Maio fala “do negro, agente desconhecido das ações decisivas e fulminantes na hora final, e do desmascaramento da história oficial” (Fernandes, 2017: 79) – contribui para desreificar a pesquisa sobre as relações étnico-raciais no Brasil e rompe “com a tradição acadêmica de silenciamento dos grupos marginalizados da sociedade” (Silveira, 2025, no prelo). Assim como o fizeram, de modos distintos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Eduardo de Oliveira e Oliveira, entre outras e outros. Contra a narrativa contada por Carl N. Degler, em *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*, de que no Brasil não aconteceram campanhas de conscientização da situação do negro e para caracterizar “os movimentos sociais dos meios negros iniciados em São Paulo na década de 1920” como “um movimento de congregação de todos os negros do Brasil em busca de uma consciência histórica” (Oliveira, 2025: 34), Eduardo de Oliveira e Oliveira, fundador do Movimento Negro Unificado, se apoia precisamente na seguinte passagem de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*:

Visava consolidar e difundir uma consciência própria e autônoma da situação racial brasileira; desenvolver na “população de cor” tendências que a organizassem como uma “minoridade racial integrada”; e desencadear comportamentos que acelerassem a integração do negro à sociedade de classes. [...] Subsidiariamente, fazia um esforço consciente no sentido de estimular a imagem histórica que o “negro” construía de si próprio, levando-o a compreender o papel que a ‘raça negra’ tivera como “o fator mais preponderante na

estabilidade da vida nacional durante quase quatrocentos anos” (Fernandes, 1965: 37 *apud* Oliveira, 2025: 35).

A passagem frisada por Oliveira e Oliveira é igualmente importante, nesse contexto, para notar como Florestan frequentemente mobiliza as palavras de ordem e o léxico dos próprios movimentos sociais negros investigados, incluído o “termo ‘preconceito de cor’ como uma categoria histórico-sociológica, construída pelos ‘negros’ e, em larga medida, partilhada pelos ‘brancos’” (Fernandes, 2008d: 593), bem como a própria noção de *integração* que, diferente de apontar para as ilusões do autor em relação a supostas tendências niveladoras antirracistas da ordem social competitiva, consistia em pauta central da Frente Negra Brasileira e, de modo mais complexo, do Teatro Experimental do Negro alguns anos depois<sup>7</sup>. Como bem captado por Costa et al (2021: 337), “para Florestan Fernandes, não seria o racismo que seria eliminado com a evolução espontânea da ordem social competitiva e, sim, a eliminação do racismo que poderia destravar as potencialidades históricas da sociedade de classes no Brasil”.

Mesmo Guerreiro Ramos, após tecer duras críticas ao Projeto Unesco, especialmente a como Costa Pinto conduziu a pesquisa no Rio de Janeiro, admite que “os professores Roger Bastide e Florestan Fernandes conduzem-se de modo inverso [às ações de Costa Pinto]: associam-se com os líderes do movimento negro e suas respectivas sociedades. Orientação análoga pauta a pesquisa da Bahia, a cargo do professor Thales de Azevedo” (Ramos, 2023: 114). Como notado por Silveira (2025), Antonio Candido (2004), em registro audiovisual, reforça essa leitura da Pesquisa Unesco coordenada por Bastide e Florestan: “Ao invés de ir lá estudar o objeto, eles puxaram a comunidade negra para ser sujeito, ao mesmo tempo. Quer dizer, o negro, a partir dessa pesquisa do Florestan e do Roger Bastide, deixou de ser objeto de estudo, para ser sujeito de estudo: ele participar, ele falar, ele orientar, junto com os pesquisadores”.

Podemos, inclusive, aproximar essa interlocução sistemática com o movimento negro – feita por meio de situações de grupo, observação da militância, histórias de vida, entrevistas e questionários – daquilo que Patricia Hill Collins (2022) chama de *engajamento dialógico*, no qual os agentes pesquisados, situados em comunidades interpretativas, não são tomados como matéria-prima para a elaboração científica, mas suas maneiras de se relacionar e interpretar a realidade são compreendidas como fundamentais em termos teórico-conceituais: o conceito não é a superação da voz do pesquisado, mas fruto do diálogo com as formas ordinárias de conceituação do mundo,

---

<sup>7</sup> Em uma homenagem a José Correia Leite, proferida em 1989 na Câmara dos Deputados, Fernandes (2017: 144) reforça essa compreensão dos movimentos negros entre os anos 1930 e 1950: “eram movimentos de paladinos, que assumiam o papel que os brancos deveriam desempenhar, na defesa da Constituição, do princípio da liberdade e da igualdade social entre todos os seres humanos no Brasil. Como os brancos não assumiam esse papel, eles próprios se tornaram os agentes de um processo de liberação coletiva, que não visava a aguçar conflitos, mas a erguer o padrão de dignidade moral de todos aqueles que foram enxotados do sistema de trabalho com a Abolição”.

especialmente aquelas forjadas na luta e na resistência. Tal engajamento dialógico, porém, diferente de um tipo de postura complacente, não prescinde, em momento algum, do exercício científico da crítica<sup>8</sup>.

O profundo interesse em investigar a perspectiva dos agentes, em especial daqueles que têm o pior ponto de partida na sociedade de classes, permite perceber como, diferente de um determinismo das estruturas, as condicionantes histórico-estruturais são tomadas por Florestan como obstáculos ou catalisadores possíveis de uma agência coletiva orientada para o aprofundamento de processos democratizantes em todos os níveis do tecido social. E democracia em Florestan atrela-se a um imaginário radical de igualdade: não só igualdade material e “gozo de direitos”, mas a promoção de “*impulsões igualitárias*” e de “*um estilo democrático de vida*” (Cohn, 2015: 28, grifos do autor).

Os obstáculos a dinâmicas coletivas democratizantes não se impõem, igualmente, através de uma mera mecânica ou automatismo das estruturas, mas por meio da agência. Como toda moderna teoria social, também para Florestan não há padrões estruturais sem agentes competentes que atuem na sua produção e reprodução. No que diz respeito a isso, em várias de suas investigações Florestan se interessou por definir os atributos particularizantes do espírito capitalista no Brasil e na América Latina. A investigação, desde o mirante periférico, da emergência e desenvolvimento de uma mentalidade capitalista atravessa uma diversidade de trabalhos de Florestan Fernandes, tornando-se mais explícita – em diálogo com as obras de Werner Sombart e Max Weber – a partir do final dos anos 1960 (para uma análise diacrônica sistemática, ver Trindade e Costa, 2025, no prelo).

Em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, de 1967, dois anos antes da sua aposentadoria compulsória, Florestan se ampara em Werner Sombart para tratar da “racionalidade possível” da burguesia brasileira como pirataria econômica, “‘mentalidade espoliativa’ e ‘espírito especulativo’” (Fernandes, 2008b: 74). Em *Classes Sociais na América Latina*, de 1971, Fernandes (2009: 100) escreve sobre um “*espírito capitalista especial*” – generalizável para a América Latina – definido por uma conduta entre estamental e classista, ultraegoística, autocrática e conservadora, orientada por uma “racionalidade pragmática” (Fernandes, 2009: 110) e uma “filosofia exclusivista” (Fernandes, 2009: 107), na qual o êxito econômico, por um lado, articula-se à reprodução da dependência e do

---

<sup>8</sup> Exemplar é o contraste entre a avaliação do movimento negro dos anos 1930/40 e o Movimento Negro Unificado, fundado em fins dos anos 1970, avaliação contrastiva que acompanha a radicalização crítica e política do próprio Florestan: “enquanto nas décadas de 1930 e 1940 o negro procurava inibir o teor ideológico do protesto racial, agora a tendência é elevar o nível da radicalização ideológica e ao mesmo tempo politizar o protesto, de modo a ter o máximo de ataque explícito à ordem existente. Assim, a contestação define o que deve ser atacado de maneira nítida, sem subterfúgios e sem compromissos com as manifestações mistificadoras de defesa da ordem racial existente” (Fernandes, 2017: 97).

subdesenvolvimento, e, por outro lado, desatrela-se dos ideais de soberania e democratização nacionais. Como é formulado precisamente em *A Revolução Brasil*, esse espírito capitalista especial é caracterizado por uma “associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia” (Fernandes, 2006: 340) e por uma “forma ultravulnerável de temor de classe” (Fernandes, 2006: 383), que percebe “em qualquer ‘abertura da ordem’ o início de um cataclismo social” (Fernandes, 2008a: 54) e trata estrategicamente todo conflito como subversão. Logo, tal espírito não é meramente um epifenômeno, ao nível da conduta e da racionalidade, do capitalismo dependente enquanto ordem social, mas é também atuante e criador de mecanismos (re)produtores dessa mesma ordem.

Em aula inaugural de 1979, Fernandes (2011: 99-100) confessa uma “limitação” da obra clássica publicada em 1975, a saber, “a estrutura antagônica da sociedade de classes foi apanhada do ângulo dos estratos dominantes das classes possuidoras”, limitação que, de outro ângulo, evidencia, “com toda a clareza, como os antagonismos de classes são percebidos, elaborados e utilizados organizada e institucionalmente para esmagar os vários estratos das classes despossuídas e subalternas”. Tais trechos são úteis para evidenciar, ainda mais, como ao tratar da ação social na obra de Florestan – seja a agência subalterna, seja a agência da burguesia periférica – acabamos tratando de ordem e mudança sociais, mesmo que, no espírito de *O Leopardo*, essa mudança se dê para reproduzir padrões estruturais de uma ordem social específica, o que Hartmut Rosa (2019: xiii) alcunha de “paralisia frenética (que remonta a Virílio) para dar expressão à complementaridade entre compulsão à transformação e tendência ao enrijecimento”. Isso, reitero, é indício forte de uma teoria social sofisticada: a interdependência entre as problematizações e conceituações da ordem, da ação e da mudança. Como já observado por Cohn (2015: 26) “num pensamento como o de Florestan, a tão encontradiça distinção entre estrutura e agência faz pouco sentido, são ambas entrelaçadas, inextricavelmente como diria ele”.

Isso nos leva a responder a última questão a ser tratada nesta seção: qual foi a ordem social sobre a qual Florestan refletiu de modo crítico-sistemático? Em uma frase: Florestan deu contribuições imprescindíveis para pensar, em termos sociológicos, o desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista moderno, em especial o seu modo de expressão e estruturação na periferia. Explicar e compreender melhor o modo de expressão do capitalismo na periferia, porém, leva a uma reelaboração teórico-conceitual – ou a ter uma “best account” (Rosa, 2023) – do modo como toda essa ordem social global é entendida.

Gabriel Cohn escreve sobre um “modo especificamente sociológico de pensar as questões” (1986: 137) em Florestan, que pode ser definido justamente pelo imperativo e pela capacidade de

articular conceitualmente os aspectos fundamentais de um fenômeno, considerando-o, de modo integrado, “pelo lado econômico”, político e da “reconstrução histórica”. É assim que Florestan pensa ao tratar da *ordem social competitiva*, do *capitalismo dependente*, e é assim que a sua cognição opera quando discute o *modelo autocrático-burguês* em *A Revolução Burguesa no Brasil*. Modelo que, a meu ver, só pode ser inteiramente apreendido por meio da definição relacional dos seguintes conceitos: capitalismo dependente/dupla articulação, dominação autocrática e descolonização congelada<sup>9</sup>.

Uma “economia capitalista competitiva duplamente articulada” é caracterizada, “internamente”, pela “articulação do setor arcaico ao setor moderno” (primeiro “urbano-comercial”, depois “urbano-industrial”) e, “externamente”, pela “articulação do complexo agrário-exportador às economias capitalistas centrais” (Fernandes, 2006: 283). Em seus desdobramentos políticos-agenciais, escreve Fernandes, (2006: 293),

A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e pior que isso, acarreta um estado de equilíbrio permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. [...] Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia “fazem história”. Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras, a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente (Fernandes, 2006: 293).

Em vários momentos da obra de Florestan há a sugestão de que a “conciliação e a harmonização de interesses díspares” ao nível da agência e da política, em uma estrutura social extremamente desigual, é um modo de violência, um mecanismo fundamental da autocracia, que opera entre dois polos extremos quando se trata dos conflitos e lutas sociais: ora o conflito é tratado como inexistente e tudo é passível de acordo; ora o conflito é brutalmente reprimido por meios institucionais ou extralegais.

A própria fórmula sintética do conceito de dominação autocrática ou de autocracia burguesa nos remete, novamente, ao imbricamento entre ordem, mudança e ação na teoria social crítica de Florestan:

A dupla articulação não cria, apenas, o seu modelo de transformação capitalista. Ela também engendra uma forma típica de dominação burguesa, adaptada estrutural, funcional e historicamente, a um tempo, tanto às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno quanto às condições e aos efeitos da dominação imperialista (Fernandes, 2006: 349).

Na autocracia burguesa detecta-se: “uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia” ou “uma forte associação *racional* entre

---

<sup>9</sup> Uma exposição mais detida dessa formalização do modelo autocrático-burguês pode ser encontrada em Silva, 2020, artigo no qual me amparo para tratar, nos parágrafos seguintes, da ordem social na obra de Florestan Fernandes.

desenvolvimento capitalista e autocracia” (Fernandes, 2006: 340). Em curtas frases vê-se um atributo da ordem sócio-econômica (capitalismo dependente), da ação (pragmatismo, racionalidade) e da mudança (um determinado padrão de desenvolvimento social). A “racionalidade burguesa”, aqui, realiza-se por meio da compatibilização da “revolução nacional com capitalismo dependente e subdesenvolvimento relativo” (Fernandes, 2006: 350), afirma Florestan nas últimas páginas do seu livro.

O tema do bloqueio da descolonização atravessa toda a *A Revolução Buguesa no Brasil* na medida em que uma questão central da obra é a produção e reprodução de vínculos de autonomia/heteronomia e hegemonia/dependência – estrutural e agencialmente, interna e externamente – nas relações entre nações formalmente descolonizadas. No entanto, é escasso e assistemático o tratamento, na obra em tela, da questão racial. É em um texto de 1981, *Reflexões sobre as ‘Revoluções Interrompidas’ (Uma rotação de perspectivas)*, que Fernandes (2015: 104) utiliza a expressão “congelamento da descolonização” para caracterizar “um pré-requisito estrutural e dinâmico não só de ‘defesa da ordem’, do ‘combate à anarquia’, da ‘preservação da propriedade’, etc.”, mas como “o requisito número um da nova articulação [nos processos latino-americanos de independência] entre os estamentos senhoriais e os estamentos intermediários em ascensão potencial com os centros de dominação econômica externa” (Fernandes, 2006: 104-105). Requisito número um que, no caso brasileiro, ganha formas novas de articulação após a Abolição e ao longo da República.

O vínculo entre a descolonização congelada e a questão racial, por sua vez, tem saliência em outras obras do nosso autor. Em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de 1964, Fernandes (2008d: 573) já afirmava que o “desenvolvimento da ordem social competitiva encontrou um obstáculo, está sendo barrado e sofre deformações estruturais na esfera das relações raciais”, bem como explicitamente aventa a possível “conciliação entre as desigualdades especificamente raciais e as de classe” (Fernandes, 2008d: 574). Em texto escrito nos primeiros anos da década de 1970, *Os aspectos políticos do dilema racial brasileiro*, Florestan escreve que, embora no Brasil e na América Latina do século XX não se instale um regime de segregação institucionalizado, tal como as Jim Crow nos EUA e o Apartheid na África do Sul, “o tipo de capitalismo dependente e subdesenvolvido imperante não pode prescindir da concentração racial da renda e do poder (e, em consequência, das formas pré ou subcapitalistas de exploração e de expropriação econômicas e de dominação política que ela promove)” (Fernandes, 2007: 305). Trecho que permite vislumbrar, em sua obra, a base para “uma compreensão teórica da indissociabilidade entre racismo, colonialismo e capitalismo dependente” (Costa et al, 2021: 330) ou, em formulação mais detalhada e programática:

uma vigorosa compreensão teórica da estruturação racista do capitalismo dependente brasileiro, cuja configuração histórica se constrói pela combinação coetânea de formas não contemporâneas de exploração, espoliação e dominação, como as de tipo especificamente capitalista baseadas na extração de mais-valia relativa, e aquelas pré ou subcapitalistas, vinculadas à reatualização de padrões colonialistas de relações políticas e sociais em plena sociedade de classes (Costa et al, 2021: 334).

Como já sugerimos rapidamente em nota, esse modo crescentemente radical de conceber o elo estrutural que liga racismo e capitalismo dependente parece vincular-se, eis uma hipótese a ser aprofundada futuramente, à experiência de radicalização do próprio movimento negro a partir dos anos 1970, em especial a fundação do Movimento Negro Unificado em 1978. Visão estrutural que, inclusive, se desdobra em premissa estratégica basilar:

o dilema social representado pelo negro liga-se à violência dos que cultivaram a repetição do passado no presente. E exige uma contraviolência que remova a concentração racial da riqueza, da cultura e do poder. [...] Esse dilema liga entre si luta de classes e luta de raças (uma não esgota a outra e, tampouco, uma não se esgota na outra). [...] Por isso, existem duas polaridades, que não se contrapõem mas se interpenetram como elementos explosivos – a classe e a raça (Fernandes, 2017: 84-5).

Trechos com esse teor autorizam suficientemente o exercício aqui realizado, que buscou formalizar a visão de ordem social em Florestan Fernandes a partir dos três pilares conceituais constitutivos do modelo autocrático-burguês: dupla articulação, dominação autocrática e descolonização congelada, evidenciando ao máximo a estruturação racista do capitalismo dependente e subdesenvolvido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da exposição, busquei destacar que a obra de Florestan Fernandes merece ser lida não só como um “pensamento” regionalizado, restrito ao Brasil ou à América Latina, mas igualmente como uma teoria social de alcance global. Isso porque buscou explicitamente, ao longo de décadas de trabalho, produzir uma síntese entre perspectivas teórico-metodológicas capaz de abordar, simultaneamente, os problemas da ordem, da ação e da mudança sociais. E, como toda teoria social relevante, a de Florestan é uma teoria do seu presente, uma constelação complexa de diagnósticos de época, e vários aspectos do seu tempo continuam a definir, por vezes de forma ainda mais dramática, o nosso tempo. É isso que gostaria de defender ao propor a ideia de *generalização das formas autocráticas de exercício do poder* como síntese da teoria da sociedade de Florestan Fernandes.

Tendência que o próprio autor passou a sugerir a partir de meados dos anos 1970, a saber, a intelecção de que as patologias sociais das formações sociais do capitalismo subdesenvolvido e

dependente deixavam de ser vividas como “singularidades” (Tavolaro, 2005)<sup>10</sup> periféricas e passavam a eclodir no centro do sistema capitalista global. Se *A Revolução Burguesa no Brasil* e o conceito de dupla articulação é o cume de uma crítica à razão dualista ao abordar os processos de arcaização do moderno e modernização do arcaico no capitalismo dependente, uma visão dualista projetada a nível histórico e global prevalece no contraste entre modelo democrático-burguês (ao Norte) e modelo autocrático-burguês (ao Sul). Esse contraste, porém, é mitigado quando, na mesma obra, Florestan descreve os anos 1970:

Não estamos na era das “burguesias conquistadoras”. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção. Elas querem: *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore*. Semelhante reciprocidade de interesses e de orientações faz com que o caráter político do capitalismo dependente tenha duas faces, na verdade interdependentes. E, ainda, com que a Revolução Burguesa “atrasada”, da periferia, seja fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e leve, de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe (Fernandes, 2006: 343, grifos do autor).

Diagnóstico do presente que é reforçado em *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*, texto de 1979 baseado em curso ofertado em 1977:

Do *micro ao macro*, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporadas às instituições, estruturas, ideologias e processos sociais, e potencialmente aptas a *oscilar* em função de alterações do contexto (ou, mesmo, de conjunturas adversas), tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes (ao nível institucional ou ao nível global) (Fernandes, 2019: 51-52, grifos do autor).

Lidas em conjunto, a ênfase na essência autocrática da dominação burguesa e na teia de relações autoritárias que, com oscilações contextuais, permeia do micro ao macro toda a sociedade capitalista, de modo quase sistemático e universal, evidencia como o Florestan da década de 1970 – e tal radicalidade crítica só se aprofunda nos anos seguintes – não cultivava qualquer idealização sobre um suposto vínculo histórico-estrutural entre democracia e capitalismo na sociedades capitalistas centrais ou do Norte global. Pelo contrário, as passagens demonstram um olhar aguçado para as profundas mudanças sociais, sobretudo aquelas de caráter regressivo, que ocorreram a partir dos anos 1970, década de inflexão que demarca, para autores como Reckwitz e Rosa (2023), a passagem para uma fase tardia da modernidade. Marco histórico, igualmente, das transformações que levaram autores como Ulrich Beck (2000) e Paulo Arantes (2004) a discutirem de diferentes perspectivas a brasilianização do mundo, ou, em registro diverso, a periferização (Paraná e Tupinambá, 2022) ou devir-periferia do mundo (Canetti, 2022).

---

<sup>10</sup> Aprofundo uma leitura processual ou diacrônica de um Florestan para além da “tese da singularidade brasileira” em Silva (2022).

Todos os diagnósticos apontados baseiam-se em indicadores que revelam, nos países centrais: o retraimento dos direitos sociais e das garantias do Estado de bem-estar social; a precarização das relações de trabalho; o solapamento das bases institucionais que permitiam a organização das classes e setores subalternos; a repressão aos movimentos sociais e antissistêmicos; a hegemonia dos processos de financeirização; as novas formas de controle e disciplinamento engendradas pelas TICs; a corrosão da democracia por meio do próprio Estado de direito; entre outros sintomas mórbidos. Sem de modo algum descartar a importância do debate sobre a periferização do mundo, gostaria de propor a *generalização das formas autocráticas de exercício do poder* como um diagnóstico alternativo. Este reflete criticamente sobre os mesmos processos globais de “desintegração” (Arantes, 2004: 58), sem deixar de atentar, já que baseado nas implicações teóricas dos conceitos de capitalismo dependente, para a *regressão desigual e combinada do sistema global capitalista*, evitando o risco de pensar a periferização de modo homogeneizante e a barbárie mundial como um platô.

Baseado na formalização do conceito de modelo autocrático-burguês realizada na seção anterior, e inspirando-me numa cognição baseada não em dualismos essencialistas, mas em *padrões* tendenciais, históricos e contingentes (Tavolaro, 2005; 2014), saliento três pilares básicos desse diagnóstico de época que emerge de uma releitura da obra de Florestan Fernandes. Primeiramente, o conceito de dupla articulação e de capitalismo dependente oferece elementos para tratar de padrões variáveis, a nível global, de subordinação institucional, normativa e agencial aos ditames de uma acumulação de capital selvagem e destrutiva, a primazia “absoluta da razão econômica” (Arantes, 2004, p. 58) ou do *homo oeconomicus* sobre o *homo politicus* (Brown, 2015). Em segundo lugar, o conceito de autocracia burguesa nos permite pensar padrões variáveis, aquelas oscilações (Fernandes, 2019), de divórcio sistemático entre capitalismo e democracia (Streeck, 2011), ou melhor, de vínculo sistemático entre autocracia e capitalismo. Em terceiro lugar, o congelamento da descolonização – devidamente articulado ao diagnóstico do dilema racial – permite capturar padrões variáveis de articulação entre racismo, capitalismo e modernização.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Jeffrey. *Theoretical logic in sociology*, vol. 1. Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 1982.
- ALEXANDER, Jeffrey. *Twenty lectures: Sociological theory since World War II*. New York: Columbia University Press, 1987a.
- ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 4, 1987b.

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O paradigma perdido. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). *O Saber Militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 209-229.
- ALTHUSSER, Louis. Sobre a dialética materialista. In: ALTHUSSER, Louis. *Por Marx*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015, p. 133-181.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira – 1970-2002*. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; CAPES, p. 183-230, 2002.
- BASTOS, Elide Rugai. Uma sociologia local e cosmopolita. In: CHAGURI, Mariana; MEDEIROS DA SILVA, Mário A. (orgs.). *Rumos do Sul: periferia e pensamento social*. 1. ed. São Paulo: Alameda, p. 17-32, 2018.
- BECK, Ulrich. *What is globalization?*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BRANDÃO, Gildo M. *Linhas do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.
- BROWN, Wendy. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. Zone books: New York, 2015.
- CÂNDIDO, Antonio. Testemunho. In: *Florestan Fernandes: o mestre*. Brasília: Câmara dos Deputados. (Vídeo), 2004 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jB3TDIv4POk>
- CANETTI, Thiago. O devir-periferia do mundo: crise do capital e a condição periférica. *GEOgraphia*, v. 24, n. 52, p. 1-18, 2022.
- CEPÊDA, Vera. Teoria social e mudança política em Florestan Fernandes. *Revista Florestan*, v. 1, n. 1, p. 51-56, 2014.
- COHN, Gabriel. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: FERRANTE, V. B.; MORAES, R.; ANTUNES, R. (orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 125-148.
- COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). *O Saber Militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 48-53.
- COHN, Gabriel. A margem e o centro. Travessias de Florestan Fernandes. *Sinais Sociais*, v. 10, p. 11-28, 2015.
- COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.
- COSTA, Sérgio. Teoria por adição. In: MARTINS, Carlos Benedito (coord.) *Horizontes das ciências sociais no Brasil*. Sociologia. São Paulo: Anpocs, 2010.
- COSTA, Diogo; SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes' critical sociology: a social theory of Brazil and Latin America*. Routledge, 2024.
- COSTA, D. V. A.; ALVES, A. R. C.; PORTELA JUNIOR, A.; SOARES, E. V.; SILVA, L. T.; MUTZENBERG, R. Florestan Fernandes e o dilema racial brasileiro. In: Eliane Veras Soares; Diogo Valença Costa. (Org.). *Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil*. 1ed. Chapecó, SC: Marxismo21, 2021, p. 317-349.
- FERNANDES, Florestan. *Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1976a.

FERNANDES, Florestan. 1976b. Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis. In: HOLANDA, S. B. (org.). *História geral da civilização brasileira*, vol. 1. Rio de Janeiro: Difel, 1976b, p.72-86.

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Globo, 2007.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008a.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global Editora, 2008b.

FERNANDES, Florestan. O desenvolvimento como problema nacional. In: *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Global Editora, 2008c.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, vol. 2. São Paulo: Globo, 2008d.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos*. Editora UFRJ, 2011.

FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão popular, 2015.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo, 2017.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Kottter Editorial; Contracorrente, 2020.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros: curso dado no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

IANNI, Octavio. Problemas de explicação na sociologia. In: IANNI, Octavio. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 112-139.

JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. *Teoria social: vinte lições introdutórias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LEVINE, Donald. The variable status of the classics in differing narratives of the sociological traditions. *Journal of classical sociology*, v. 15 (4), p. 305-320, 2015.

LYNCH, Christian. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados*, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013.

MAIA, João Marcelo. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado*, v 26, n.2, p.71-94, 2011.

MIGNOLO, Walter. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The South Atlantic Quarterly*, v. 101, n. 1, pp. 57-96, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista, Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

- OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. *Contraideologia da mestiçagem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2025.
- PARANÁ, Edemilson; TUPINAMBÁ, Gabriel. *Arquitetura de Arestas: as esquerdas em tempos de periferização do mundo*. São Paulo, Autonomia Literária, 2022
- PENTEADO JUNIOR, Wilson. Diálogos possíveis em campos intercambiáveis: Florestan Fernandes e os estudos de folclore no Brasil. *Estudos de Sociologia* (UFPE), v. 2, n. 26, p 61-85, 2020.
- PETERS, Gabriel. Domínios de existência: realismo crítico e ontologia estratificada do mundo social. *Teoria e Cultura*, v. 14, n. 2, p. 82-106, 2019.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Negro sou: a questão étnico-racial e o Brasil: ensaios, artigos e outros textos (1949-1973)*. Rio de Janeiro: Zahar: 2023.
- RECKWITZ, Andreas; ROSA, Hartmut. *Late modernity in crisis: why we need a theory of society*. Cambridge: Polity Press, 2023.
- RITZER, George. *Teoría sociológica contemporánea*. Madrid: McGraw-Hill/Interamericana de España, 1993.
- ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- ROSA, HARTMUT. Best account: outlining a systematic theory of modern society. In: RECKWITZ, Andreas; ROSA, Hartmut. *Late modernity in crisis: why we need a theory of society*. Cambridge: Polity Press, 2023, p. 95-157.
- SILVA, Lucas Trindade da. Modelo autocrático-burguês: uma sociologia do desenvolvimento desigual e combinado. *Estudos de Sociologia* (UFPE), v. 2, p. 231-263, 2020.
- SILVA, Lucas Trindade da. Um Florestan para além da 'tese da singularidade brasileira'. *Terceiro Milênio*, v. 18, p. 81-111, 2022.
- SILVEIRA, Maria de Fátima Souza da; HIRANO, Sedi. Os Tupinambá e uma nova interpretação da conquista na antropologia de Florestan Fernandes. *Estudos de Sociologia* (UFPE), v. 2, n. 26, p 35-59, 2020.
- SILVEIRA, Paulo Henrique Fernandes. Florestan Fernandes, Roger Bastide e a palavra da militância negra. *Política & Trabalho*, no prelo, 2025.
- STREECK, Wolfgang. *The crises of democratic capitalism*. *New left review*, 71, 2011.
- TAVOLARO, Sergio B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, p. 5-22, 2005.
- TAVOLARO, Sérgio B. F. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. *Dados*, v. 57, n. 3, p.633-673, 2014.
- TRINDADE, Lucas. Estilo de pensamento lumpen e teoria social desde a periferia: a obra viva de Florestan Fernandes. *Sociologias*, v. 27, n. 64, p. e138453, 2025.
- TRINDADE, Lucas; COSTA, Diogo V. A. O espírito do capitalismo revisto desde a periferia: expressões da racionalidade burguesa em Florestan Fernandes. *Política e Trabalho*, no prelo, 2025.
- VANDENBERGHE, Frédéric. Metateoria, teoria social, teoria sociológica. Prefácio à tradução brasileira. In: VANDENBERGHE, Frédéric. *Uma história filosófica da sociologia alemã*, vol. 1. São Paulo, Annablume, 2011, pp. 1-25.

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:** Os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito.

**FINANCIAMENTO:** O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Projeto: O artesanato intelectual de Florestan Fernandes: uma perspectiva latino-americana sobre o desenvolvimento, Edital Universal 2021, Processo n. 420043/2021-7, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, Projeto: Luta de raças, de classes e desenvolvimento: reconstruindo o artesanato intelectual de Florestan Fernandes. N° 5286/2023, termo de outorga: PPP018/2024.

**CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR:** O artigo foi integralmente concebido, escrito, revisado, formatado e submetido pelo seu único autor.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** O autor declara não haver conflito de interesse.

**MINIBIOGRAFIA DO AUTOR:** Professor adjunto do Instituto Humanitas de Estudos Integrados e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Trabalha com teoria e pensamento social.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.